

COMPARATIVO

NÓS X ELES



SAÚDE

A saúde pública reflete escolhas de governo. Enquanto um projeto ampliou investimentos, fortaleceu o SUS e retomou programas estratégicos, o outro foi marcado por cortes orçamentários, desorganização da gestão e uma condução controversa durante a pandemia de COVID-19.



SUS



NÓS

- Aumento de 37% nos investimentos em saúde entre 2023 e 2025.
- Investimentos acima do mínimo constitucional.
- Recuperação das coberturas vacinais infantis.
- Mais de 1 milhão de crianças vacinadas em 2025 pelo PNI.
- Produção e aplicação da vacina contra a dengue.
- Vacina da COVID-19 incorporada ao calendário nacional.
- Gestão técnica no Ministério da Saúde.
- Retomada do financiamento da Atenção Básica.
- Ampliação do Programa Mais Médicos para 27 mil profissionais.
- Criação do Mais Médicos Especialistas.
- Farmácia Popular com 100% de gratuidade nos medicamentos do programa.
- Retomada da política de saúde mental e expansão dos CAPS.
- Recorde de 15 milhões de cirurgias eletivas realizadas em 2025.
- PAC Saúde com R\$ 6 bilhões para infraestrutura, UBSs, policlínicas, CAPS e equipamentos.



ELES (BOLSONARO)

- Redução dos investimentos em saúde após o teto de gastos.
- Distribuição de recursos por emendas sem critérios técnicos.
- Queda histórica da cobertura vacinal.
- Desinformação e negacionismo durante a pandemia.
- Atrasos na compra de vacinas contra a COVID-19.
- Quatro ministros da Saúde em um único mandato.
- Mudanças no financiamento da Atenção Básica pelo Previnir Brasil.
- Extinção do Programa Mais Médicos.
- Cortes no Farmácia Popular.
- Enfraquecimento da política de saúde mental.
- Redução de recursos para hospitais federais.
- Fechamento de leitos hospitalares.
- Aumento da fila de cirurgias eletivas.
- Milhares de obras de UBSs e UPAs permaneceram inacabadas.



EDUCAÇÃO

A educação voltou a ser prioridade do Estado. Enquanto um projeto retomou investimentos, ampliou programas educacionais e fortaleceu a educação pública, o outro promoveu cortes orçamentários, conflitos ideológicos e enfraqueceu universidades, institutos federais e políticas educacionais.





NÓS

- Retomada dos investimentos em educação.
- Novo PAC com expansão da rede pública.
- Retomada de obras paralisadas.
- Novo Plano Nacional de Educação.
- Programa Pé-de-Meia.
- Expansão das escolas em tempo integral.
- Fortalecimento do Fundeb.
- Reajuste da merenda escolar.
- Expansão dos Institutos Federais.
- Recomposição do orçamento das universidades.
- Reajuste histórico das bolsas de pesquisa.
- Valorização dos professores.
- Ampliação da educação inclusiva.
- Fortalecimento da alfabetização.
- Mais conectividade nas escolas públicas.
- Expansão do Fies e do Prouni.
- Defesa da autonomia universitária.
- Gestão baseada no diálogo e na participação.



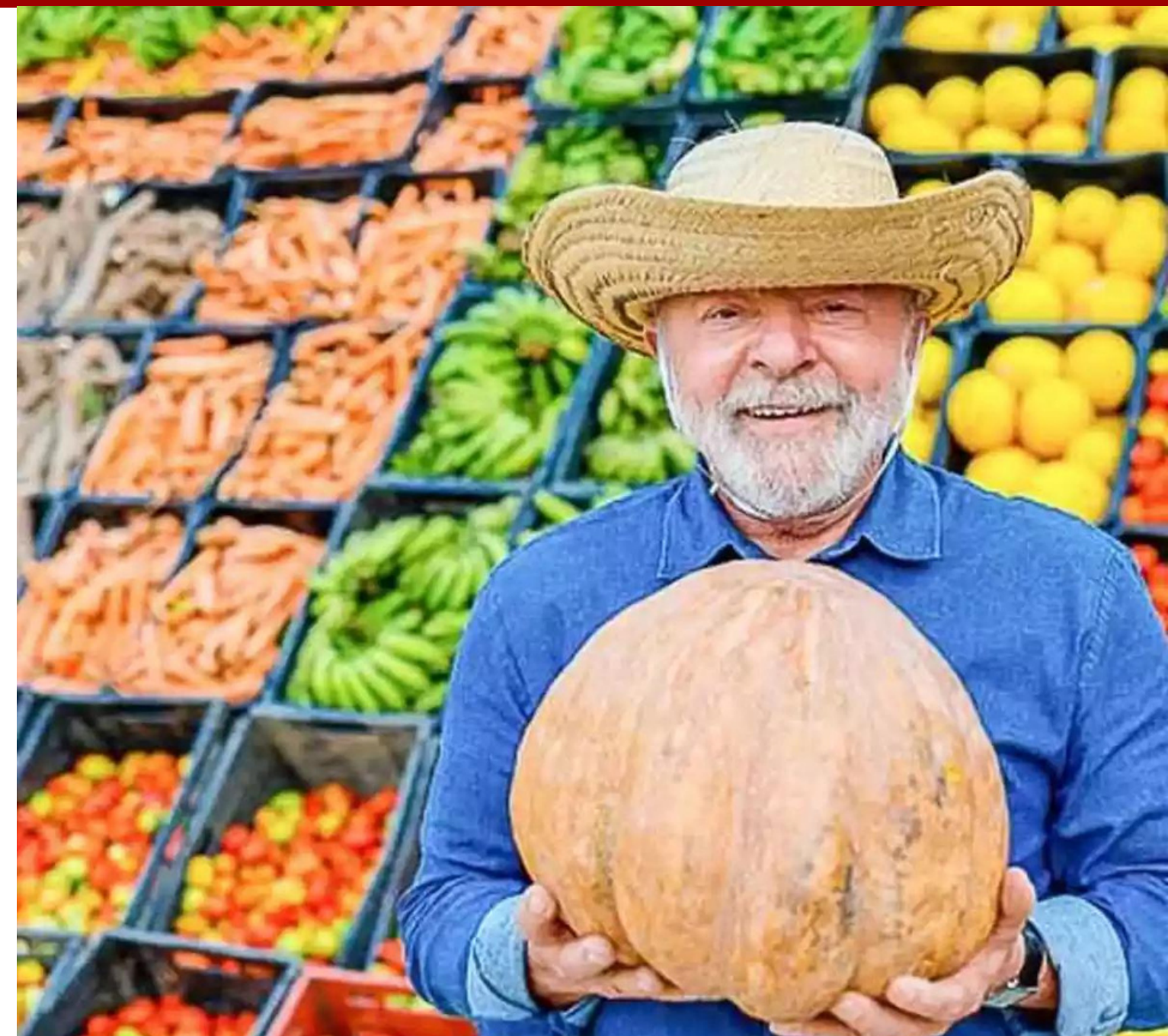
ELES (BOLSONARO)

- Cortes no orçamento da educação.
- Contingenciamento das universidades e IFs.
- Cinco ministros em quatro anos.
- Escândalos de corrupção no MEC.
- Ataques à autonomia universitária.
- Intervenção na escolha de reitores.
- Militarização das escolas.
- Tentativas de censura e perseguição a professores.
- Cortes nas bolsas de pesquisa.
- Congelamento da merenda escolar.
- Abandono da Educação de Jovens e Adultos.
- Retrocesso na educação inclusiva.
- Redução da expansão do Fies.
- Crise e interferência política no Enem.
- Abandono da educação do campo, indígena e quilombola.
- Prioridade para pautas ideológicas em vez de investimentos.



ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A segurança alimentar voltou ao centro das políticas públicas. Enquanto um projeto reconstruiu programas de combate à fome, fortaleceu a assistência social e ampliou a proteção às famílias, o outro promoveu o desfinanciamento das políticas sociais e enfraqueceu a atuação do Estado no enfrentamento da pobreza.





NÓS

- Reconstrução do Bolsa Família.
- Benefício permanente de R\$ 600.
- Benefício para a primeira infância.
- Regra de proteção para quem consegue emprego.
- Fortalecimento do Cadastro Único.
- Reestruturação do SUAS.
- Recriação do CONSEA.
- Plano Brasil Sem Fome.
- Retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Fortalecimento da agricultura familiar.
- Expansão das cozinhas solidárias e restaurantes populares.
- Brasil saiu novamente do Mapa da Fome.
- Criação do Gás do Povo.
- Política Nacional de Cuidados.
- Inclusão produtiva e microcrédito para geração de renda.
- Fortalecimento da participação social.



ELES (BOLSONARO)

- Substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil.
- Benefícios temporários e sem financiamento permanente.
- Enfraquecimento do Cadastro Único.
- Desfinanciamento do SUAS.
- Extinção do CONSEA.
- Redução das políticas de combate à fome.
- Corte nas compras da agricultura familiar.
- Enfraquecimento da CONAB.
- Brasil voltou ao Mapa da Fome.
- Auxílio Gás com cobertura limitada.
- Ausência de política nacional de cuidados.
- Menor integração entre assistência social, saúde e educação.
- Redução da participação social.
- Políticas sociais fragmentadas e menor coordenação federativa.



ECONOMIA

Os indicadores econômicos mostram dois modelos distintos. Entre 2023 e 2025, o Brasil acelerou o crescimento, reduziu a inflação, aumentou a renda do trabalho e voltou a valorizar o salário mínimo, combinando desenvolvimento econômico com inclusão social.





NÓS

- PIB cresceu 9,2% (média de 3,0% ao ano).
- PIB per capita cresceu 7,9%.
- Inflação caiu para 14,4% no período.
- Inflação dos alimentos caiu para 12,0%.
- Salário mínimo teve ganho real de 10,9%.
- Rendimento médio do trabalho cresceu 12,8%.
- Desemprego caiu de 8,4% para 5,1%.
- Pobreza caiu de 29,8% para 25,0%.
- Saldo da balança comercial: US\$ 65,9 bilhões.
- Desembolsos do BNDES chegaram a R\$ 2,2 trilhões.
- Crédito rural de R\$ 916,8 bilhões.
- Produção de grãos: média de 324 milhões de toneladas/ano.
- Produção de derivados de petróleo aumentou para 4,1 milhões de barris/dia.



ELES (BOLSONARO)

- PIB cresceu 5,7% (média de 1,4% ao ano).
- PIB per capita cresceu 3,5%.
- Inflação acumulada de 26,9%.
- Inflação dos alimentos chegou a 46,2%.
- Salário mínimo perdeu 1,2% de poder de compra.
- Rendimento médio do trabalho caiu 1,0%.
- Desemprego permaneceu elevado.
- Pobreza atingiu 33,4%.
- Saldo da balança comercial: US\$ 27,1 bilhões.
- Desembolsos do BNDES de R\$ 1,6 trilhão.
- Crédito rural de R\$ 845,7 bilhões.
- Produção de grãos: média de 259 milhões de toneladas/ano.



FUNDOS ESTRUTURAIS DE RECONSTRUÇÃO DO RS APÓS ENCHENTES DE 2024

A reconstrução do Rio Grande do Sul exige investimentos estruturais e planejamento de longo prazo. Enquanto o governo Lula garantiu recursos históricos para novas obras de proteção contra enchentes, por meio do **FIRECE**, o governo Leite concentrou esforços apenas na recuperação de estruturas existentes, com recurso do **FUNRIGS**, e ainda não executou as principais obras de contenção.





NÓS

- Criação do **FIRECE**, fundo de R\$ 6,5 bilhões.
- Recursos destinados à ampliação de novas estruturas dos sistemas de proteção contra cheias.
- Recursos disponíveis desde dezembro de 2024 para:
 - investimentos em diques, casas de bombas e drenagem;
 - obras estruturantes para Porto Alegre, Região Metropolitana e Bacia do Caí.
- Criação do **FUNRIGS**, com recursos oriundos da suspensão da dívida com a União.
- Apoio imediato à reconstrução pós-enchentes.
- Fundo voltado à adaptação das mudanças climáticas.
- Investimento federal nas estruturas existentes para prevenir novas tragédias.



ELES (LEITE)

- Nenhuma obra do FIRECE executada após quase dois anos.
- Cerca de R\$ 1 bilhão de juros acumulados sem aplicação em obras.
- Prioridade para manutenção de estruturas existentes, sem novas grandes intervenções.
- Apenas 28% dos recursos do programa Fundo a Fundo para proteção contra cheias foram pagos.
- Mais de R\$ 3 bilhões do FUNRIGS autorizados para concessionárias de rodovias (Bloco 2 e 1).
- Recursos do FUNRIGS utilizados também para despesas sem relação direta com a proteção contra enchentes (resorts de luxo e poltronas para auditórios).
- Comprometeu mais que a totalidade (100,4%) dos recursos previstos do FUNRIGS até 2027, reduzindo a capacidade de decisão do próximo governo.
- Grandes obras de proteção contra cheias continuam sem execução.



DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL

A renegociação da dívida do Rio Grande do Sul seguiu modelos distintos. Enquanto o Regime de Recuperação Fiscal priorizou o ajuste das contas públicas com exigências de austeridade, o PROPAG reduziu o custo da dívida e vinculou parte do alívio fiscal a investimentos em educação e desenvolvimento.





NÓS (LULA)

- Criação do PROPAG.
- Redução dos juros para 0% ao ano (opção do RS).
- Correção da dívida apenas pelo IPCA.
- Redução de 20% do estoque da dívida.
- Estoque reduzido de R\$ 116,6 bilhões para R\$ 93,3 bilhões.
- Economia estimada de R\$ 177,9 bilhões ao longo do contrato.
- Serviço anual da dívida reduzido para média de R\$ 5,2 bilhões.
- Alívio fiscal vinculado a investimentos.
- Obrigatoriedade de investimentos em educação profissional.
- Maior autonomia do Estado na gestão do acordo.
- Modelo voltado à sustentabilidade fiscal e ao desenvolvimento.



ELES (BOLSONARO)

- Manutenção do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).
- Juros reais de 4% ao ano, além da atualização monetária.
- Correção da dívida pelo CAM.
- Sem redução do estoque da dívida.
- Dívida continuou crescendo durante o regime.
- Serviço anual da dívida com média de R\$ 13,9 bilhões.
- Exigência de teto de gastos.
- Exigência de privatizações.
- Exigência de reformas administrativas e previdenciárias.
- Maior controle da União sobre a gestão fiscal do Estado.
- Modelo centrado no ajuste fiscal e na austeridade.



AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A produção agropecuária cresce quando há investimento, crédito e políticas públicas para quem produz. Enquanto os governos do PT fortaleceram a agricultura familiar, o cooperativismo e o desenvolvimento rural, os governos Bolsonaro e Leite priorizaram o agronegócio exportador e reduziram o apoio às políticas voltadas aos pequenos e médios produtores.





NÓS (LULA)

- Recriação e fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
- Plano Safra recorde para agricultura empresarial (R\$ 2 trilhões entre 2023 e 2026).
- Plano Safra da Agricultura Familiar ampliado em 94,5%.
- Recriação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Orçamento de R\$ 1,2 bilhão para o PAA em 2025.
- Renegociação de R\$ 25 bilhões em dívidas de agricultores familiares.
- Novo programa de renegociação das dívidas rurais em 2026.
- Produção de grãos cresceu 32,2%.
- Redução de 50% do desmatamento na Amazônia.
- Diálogo com agricultura familiar, cooperativas e movimentos sociais.



ELES (BOLSONARO)

- Extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Enfraquecimento das políticas para agricultura familiar.
- Plano Safra da Agricultura Familiar com menor volume de recursos.
- Desmonte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Ausência de política nacional de renegociação das dívidas rurais.
- Prioridade para o agronegócio exportador.
- Extinção de conselhos e espaços de participação social.
- Redução do diálogo com agricultores familiares e movimentos sociais.



NÓS (OLÍVIO E TARSO)

- Agricultura familiar no centro do desenvolvimento estadual.
- Criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).
- Fortalecimento da Emater, Fepagro, Irga e Ceasa.
- Criação do Plano Safra Gaúcho.
- Expansão da irrigação com o programa Mais Água Mais Renda.
- Fortalecimento do cooperativismo.
- Apoio à cadeia do leite e da pecuária familiar.
- Incentivo às agroindústrias familiares.
- Ampliação dos financiamentos via Feaper e Funterra.
- Reforço da assistência técnica e extensão rural.



ELES (LEITE)

- Extinção da SDR no primeiro mandato.
- Redução dos investimentos em desenvolvimento rural.
- Queda dos recursos do Feaper e Funterra.
- Não implantação do Plano Safra Gaúcho.
- Redução do quadro técnico da Emater.
- Pouco avanço na irrigação em comparação aos governos do PT.
- Falta de políticas estruturantes para a agricultura familiar.
- Desmonte das políticas para a cadeia do leite.
- Poucas iniciativas de apoio ao cooperativismo.
- Descontinuidade das políticas para agroindústrias familiares.



MEIO AMBIENTE

A crise climática exige um Estado capaz de proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável. Enquanto o governo Lula retomou o combate ao desmatamento, fortaleceu os órgãos ambientais e liderou a agenda climática internacional, o governo Bolsonaro enfraqueceu a fiscalização, desmontou políticas ambientais e isolou o Brasil no cenário global.





NÓS (LULA)

- Redução de mais de 50% do desmatamento na Amazônia.
- Queda do desmatamento no Cerrado.
- Fortalecimento do Ibama e do ICMBio.
- Reposição de servidores e realização de concursos.
- Retomada do Fundo Amazônia.
- Ampliação das ações de combate aos crimes ambientais.
- Reativação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento.
- Liderança do Brasil nas negociações climáticas internacionais.
- Captação de recursos para preservação ambiental.
- Preparação do Brasil para sediar a COP30.
- Incentivo à economia verde e à transição energética.
- Expansão das políticas de conservação da biodiversidade.



ELES (BOLSONARO)

- Recordes de desmatamento na Amazônia.
- Enfraquecimento da fiscalização ambiental.
- Redução das operações do Ibama e do ICMBio.
- Cortes orçamentários nos órgãos ambientais.
- Incentivo ao garimpo ilegal e à exploração de áreas protegidas.
- Aumento das queimadas e dos crimes ambientais.
- Paralisação do Fundo Amazônia.
- Isolamento internacional na agenda ambiental.
- Enfraquecimento da proteção aos povos indígenas.
- Redução da participação social nas políticas ambientais.
- Desmonte da governança ambiental.
- Retrocessos na política climática.



GESTÃO PÚBLICA, PREVIDÊNCIA E FUNCIONALISMO

O papel do Estado é determinante para garantir serviços públicos de qualidade. Enquanto os governos do PT fortaleceram a estrutura estatal, valorizaram o funcionalismo e ampliaram a participação popular, os governos neoliberais priorizaram privatizações, reduziram a presença do Estado e promoveram reformas que retiraram direitos dos servidores.





NÓS (LULA)

- Fortalecimento das políticas públicas federais.
- Valorização dos servidores públicos.
- Retomada dos concursos públicos.
- Reestruturação de carreiras federais.
- Ampliação do diálogo com as categorias.
- Recomposição salarial após anos de congelamento.
- Fortalecimento da negociação permanente com o funcionalismo.



ELES (BOLSONARO)

- Reforma da Previdência.
- Regras mais rígidas para aposentadoria.
- Fim da aposentadoria por tempo de contribuição.
- Redução do valor das pensões.
- Cobrança previdenciária sobre aposentados.



NÓS (OLÍVIO E TARSO)

- Fortalecimento das funções públicas de Estado.
- Criação e reestruturação de secretarias e órgãos públicos.
- Nenhuma privatização.
- Ampliação do quadro de servidores.
- Realização de concursos públicos.
- Reestruturação de carreiras.
- Valorização dos servidores de menor remuneração.
- Salários e 13º pagos em dia.
- Criação do Orçamento Participativo.
- Implantação do Sistema Estadual de Participação Social.
- Criação do RPPS e do Fundoprev.
- Isenção previdenciária para aposentados até o teto do INSS.
- Programa de valorização da saúde física e mental dos servidores.
- IPE Saúde com estabilidade financeira.



ELES (LEITE)

- Privatização da CEEE, Corsan e Sulgás.
- Extinção de fundações.
- Ampliação de concessões e PPPs.
- Redução do número de servidores efetivos.
- Aumento da contratação temporária.
- Arrocho salarial.
- Baixa recomposição da inflação.
- Alteração das carreiras.
- Reforma da Previdência estadual.
- Cobrança previdenciária de aposentados e pensionistas.
- Descapitalização do Fundoprev.
- Redução da participação popular.
- Reforma do IPE Saúde.
- Aumento dos custos para os servidores.
- Redução da rede credenciada do IPE Saúde.



INFRAESTRUTURA

Um balanço entre as diretrizes de infraestrutura dos governos Bolsonaro e Lula, destacando os reflexos e investimentos voltados para o RS aponta, como elemento central que, enquanto a gestão anterior restringiu orçamentos e priorizou privatizações, a atual gestão retomou o planejamento logístico e o investimento público via Novo PAC, aliando-os a concessões com tarifas adequadas.





NÓS

- Retomada do planejamento integrado da infraestrutura.
- Novo PAC com investimento público robusto.
- R\$ 300 bilhões em concessões até 2026.
- Obras rodoviárias retomadas.
- R\$ 7 bilhões para rodovias do RS (mais que o triplo do governo anterior).
- Nova concessão da Malha Sul, incluindo a recuperação das ferrovias gaúchas.
- Dragagem permanente das hidrovias.
- Apoio imediato após as enchentes: Aeroporto Salgado Filho e Trensurb.
- Investimento público em ampliações de rodovias e concessões de manutenção com pedágios acessíveis.



ELES (BOLSONARO)

- Baixíssimo investimento em infraestrutura.
- Prioridade quase exclusiva para privatizações.
- Rodovias com orçamento reduzido, interrupções de repasses e obras paralisadas.
- Pró Trilhos (ferrovias) baseado apenas em autorizações privadas.
- Infraero esvaziada com venda de ativos.
- Pouco investimento na recuperação da malha logística.

ELES (LEITE)

- Modelo de pedágio com tarifas elevadas.
- Bloco 2 sem viabilidade econômica.
- Licitações sem interessados.
- PPPs dependentes de elevados aportes públicos, com recursos do FUNRIGS destinados à recuperação das enchentes.
- Modelo criticado pelos impactos aos usuários e ao setor produtivo.
- Apenas 0,29% do orçamento estadual de 2024 foi destinado à mitigação climática. Os gastos desfavoráveis ao clima foram cinco vezes maiores (CICEF/ICS).



NOVOS MERCADOS MUNDIAIS

A integração regional é estratégica para o desenvolvimento do Brasil. Enquanto um projeto fortalece o Mercosul, amplia a cooperação e busca novos mercados, outro relegou o bloco a um papel secundário e enfraqueceu a liderança brasileira na América do Sul.





NÓS

- Mercosul como prioridade estratégica.
- Fortalecimento da integração regional.
- Retomada da liderança do Brasil na América do Sul.
- Avanço do acordo Mercosul-União Europeia.
- Ampliação de acordos comerciais com novos mercados.
- Investimento nas Rotas de Integração Sul-Americana.
- Incentivo à integração logística e energética.
- Fortalecimento do Parlasul e das instituições do bloco.
- Apoio à integração produtiva e industrial.
- Ampliação da cooperação entre os países do Mercosul.
- Defesa do multilateralismo e da democracia como bases da integração.



ELES (BOLSONARO)

- Mercosul deixou de ser prioridade.
- Redução do protagonismo brasileiro no bloco.
- Pouco avanço na integração regional.
- Enfraquecimento da política externa sul-americana.
- Menor articulação política entre os países membros.
- Paralisação de iniciativas de integração.
- Isolamento diplomático do Brasil.
- Descontinuidade da agenda de cooperação regional.